

FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Edital 6/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	154502-FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	PAULO MARCELO CANAZZA DA SILVA	27/05/2026 09:31 (v 0.9)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	87/2026	23005.011423/2024-96

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

[A1] 90012/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

(FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS) (154502)

OBJETO

Aquisição de óleo diesel S-500, com entrega sob demanda e fornecimento contínuo, para atender às necessidades da Fazenda Experimental da UFGD

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 585.600,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 11/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento: maior desconto do grupo

Modo de disputa: aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026

(Processo Administrativo nº23005.011423/2024-96)

Torna-se público que a *Fundação Universidade Federal da Grande Dourados*, por meio da Coordenadoria de Compras, sediada à Rodovia João Totó da Câmara, 420 - Cidade Universitária - CEP 79.820-600 em Dourados/MS, Dourados/MS, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de óleo diesel S-500, com entrega sob demanda e fornecimento contínuo, para atender às necessidades da Fazenda Experimental da UFGD conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.[A1]

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 2 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.[A2]

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. não se aplica

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021[A3] , para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. . empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. pessoas físicas.[A6]

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.[A1]

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício[A2] .

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei

Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.[A3]

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021[A4] .

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10[A5] sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

- 5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.[A6]
- 5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.[A7] [A8]
- 5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. o percentual de desconto será sobre o valor total.

6.1.2. Conforme especificado no Termo de Referência, o **item 1 NÃO SERÁ objeto de disputa**. Por questões burocráticas os itens precisam ser lançados no sistema. Os itens serão cadastrados sob o critério menor preço, desta forma **os licitantes deverão preencher OBRIGATORIAMENTE a proposta com o mesmo valor cadastrado como estimado no Termo de Referência**.

6.1.3. O **item 2 será objeto de disputa**. Para que sejam determinados os percentuais de desconto foi estipulado o valor simbólico de R\$ 100,00 em cada item. O **item 2 será cadastrados sob o critério maior desconto**. O percentual de desconto deve ser aplicado apenas no item 2.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil[A2] .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional[A3] .

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação. [A4]

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item[A1] .

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (um décimo por cento).[A2]

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.[A3]

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.[A4]

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.[A5]

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
[A7]

7.20.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de

pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; [A8]

7.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;[A9]

7.22.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025[A10] .

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1. *empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;*[A11]

7.23.2. empresas brasileiras;

7.23.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.[A12] [A13]

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência. [A14]

7.25.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.[A15]

7.25.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/~~Agente de Contratação/Comissão~~ verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;[A1]

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.[A2]

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. O pregoeiro de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.13. O pregoeiro de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. O pregoeiro de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% [A1] para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/~~Agente de Contratação/Comissão~~, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de duas horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **02 (duas) horas**, para:[A3]

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 dias úteis**, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja

assinado digitalmente em até **05** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin [A1] constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Não se aplica.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Não se aplica.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico

<https://sipac.ufgd.edu.br/public/jsp/portal.jsf>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial. [A2]

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.[A3]

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o

descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. [A4]

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.[A5]

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail compras@ufgd.edu.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.[A2]

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário

anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, <https://editais.ufgd.edu.br>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo III – Minuta de Termo de Contrato.

Dourados, MS, 26 de maio de 2026.

ANDRESSA CECILIA ALMEIDA BACHEGA CASARI

Pró-Reitora de Administração

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JULIANA CLARA SIMIONI WIETHOLTER

Pregoeiro

PAULO MARCELO CANAZZA DA SILVA

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 09:31:22.

FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Termo de Referência 27/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
27/2026	154502-FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	MAXIMILIANO KAWAHATA PAGLIARINI	21/05/2026 10:28 (v 0.12)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	87/2026	23005.011423/2024-96

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23005.011423/2024-96)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de óleo diesel S-500, com entrega sob demanda e **fornecimento contínuo**, para atender às necessidades da Fazenda Experimental da UFGD, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO*	VALOR ANUAL	VALOR TOTAL
1	Combustível do tipo óleo Diesel S-500, a ser entregue por meio de ordem de fornecimento na sede da Fazenda Experimental da UFGD em Dourados-MS	16993	Litro	40.000	80.000	R\$ 7,32	R\$ 292.800,00	R\$ 585.600,00
2	Percentual de desconto incidente sobre a fatura emitida do item 1-Diesel S-500		Unidade	1	1	R\$ 100,00		R\$ 100,00

* O valor unitário corresponde ao valor de referência da Tabela ANP.

1.1.1. Considerando que o item 1 refere-se ao valor estimado anual para a aquisição de combustíveis, sugere-se que os dois itens destacados acima sejam contratados em grupo único.

1.1.2. O item 1 NÃO SERÁ objeto de disputa. Por questões burocráticas os itens precisam ser lançados no sistema. Os itens serão cadastrados sob o critério menor preço, desta forma os licitantes deverão preencher OBRIGATORIAMENTE a proposta com o mesmo valor cadastrado como estimado no Termo de Referência;

1.1.3. O **item 2** será objeto de disputa. Para que sejam determinados os percentuais de desconto foi estipulado o valor simbólico de R\$ 100,00 em cada item. O item 2 será cadastrados sob o critério maior desconto.

1.1.4. O percentual de desconto deve ser aplicado apenas no item 2, a partir de 0,1% (um décimo por cento). O percentual de desconto cadastrado na proposta irá incidir sobre o valor da tabela da ANP no momento do pedido de combustível para a emissão da nota fiscal para pagamento. O valor do litro será a média da pesquisa de preço, vigente no dia da ordem de fornecimento, fornecida pela ANP por município. Neste caso, serão selecionados os postos da cidade de Dourados/MS.

1.1.5 Faz-se necessária esta medida para não impactar no valor anual disponível no órgão para este serviço, uma vez que o sistema do gov.br/compras limita valor final da licitação para posterior emissão da nota de empenho, o que poderia resultar na necessidade de se realizar um aditivo de valor para continuar a execução contratual, em caso de atingir o valor a menor gasto no decorrer do ano de vigência do contrato. O valor do contrato poderá conter o valor total estimado, incluindo o valor do item 2, porém, será efetivamente pago somente o valor consumido durante sua execução, considerando o desconto aplicado pelo licitante vencedor.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da data de assinatura do contrato, com fundamento no **Art. 106 da Lei nº 14.133/2021**.

1.3.1. A continuidade da contratação está condicionada à existência de créditos orçamentários no início de cada exercício financeiro e à comprovação da vantajosidade dos preços, mediante apostila anual para atualização dos quantitativos de empenho.

1.4. O fornecimento de combustível é enquadrado como **bem de fornecimento contínuo**, conforme Art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, visto que a demanda da Fazenda Experimental é permanente e essencial para a manutenção das atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão, cuja interrupção comprometeria a produção agrícola e a alimentação animal. A vigência plurianual de 60 meses mostra-se mais vantajosa por garantir a segurança operacional e evitar custos repetitivos de novos processos licitatórios anuais.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O diesel tem grande importância no campo, sua utilização vai desde a fabricação de matérias primas para fertilizantes, transporte do produto final ao consumidor, além, claro, de movimentar tratores e outras máquinas automotrizes no cultivo, manutenção e colheita das culturas.

2.2. A FAECA é autossuficiente na produção de grãos para alimentação dos animais sob sua responsabilidade. O objetivo da FAECA não é a produção de grãos, mas está relacionado ao ensino, pesquisa e extensão, porém, para que haja esses itens é de grande importância o diesel, já que é ele que vai movimentar os tratores e colhedoras.

2.3. A UFGD possui contrato que disponibiliza combustíveis para a sua frota, porém, este contrato não consegue atender em sua plenitude todos os veículos da FAECA.

2.4. O contrato atual trabalha com cartão de abastecimento, vinculado ao registro do veículo no Detran, porém, com este sistema é preciso que o veículo vá até um posto de abastecimento credenciado com o tipo de cartão. Vale lembrar que alguns tratores e colhedoras, por exemplo, não podem se locomover pela rodovia por se tratarem estritamente de veículos de serviço, o que ocasionaria elevado custo para seu transporte.

- 2.5. Além disso, ao realizar o pagamento há uma quantidade máxima de litros que o sistema do cartão aceita, dessa forma, é preciso passar mais de uma vez o pagamento de grandes quantidades de diesel. O que ocorre é que a cada compra com uma matrícula é preciso esperar um intervalo de três a quatro horas, fazendo com que o servidor responsável pela matrícula precise se locomover ao posto várias vezes.
- 2.6. É importante destacar que mesmo possuindo cartão de abastecimento, alguns veículos são utilizados diretamente no dia a dia da Fazenda. Considerando que o posto mais próximo da Fazenda Experimental está há 15,6 km, algumas vezes se torna inviável ir até o posto, principalmente nas épocas de grande fluxo de serviços (Semeadura e colheita).
- 2.7. Dessa forma, a melhor opção para atender as necessidades da FAECA seria com a entrega de grandes quantidades sob demanda.
- 2.8. Em relação a isso, a Fazenda possui estrutura que comportaria esse recebimento. Em 2022 foi inaugurado o posto de abastecimento da FAECA. Uma obra muito aguardada desde sua criação e que contempla todas as licenças necessárias para seu funcionamento.
- 2.9. Este posto conta com um tambor que pode armazenar até 6.000 L de diesel, possui bomba de abastecimento, sistemas de escoamento e captação de material contaminante. Na Figura 3 é possível visualizar este posto de combustíveis.
- 2.10. As contratações da Universidade Federal da Grande Dourados utilizam-se do Catálogo Eletrônico de Padronização, uma vez que tais procedimentos auxiliam na negociação de melhores condições, contribuindo para economicidade e previsibilidade dos gastos públicos. Esses procedimentos possibilitam um acompanhamento mais preciso das aquisições, contribuindo para a governança e a eficiência dos processos de compras da Universidade. Desta forma, a adesão ao CEP está alinhada com a Portaria SEGES/ME nº 938, que estabelece diretrizes para a padronização de bens e serviços no âmbito da Administração Pública Federal.
- 2.11. Em observância ao art. 3º do Decreto nº 8.540/2015, destaca-se, como interesse público, que o fornecimento de combustíveis contribui para a eficiência das atividades acadêmicas e administrativas, promovendo um ambiente mais confortável e produtivo para toda a comunidade universitária. A aquisição está em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade ambiental.
- 2.12. A adoção do critério de **maior desconto sobre a tabela da ANP** para o município de Dourados/MS foi escolhida por ser a melhor forma, já que o preço do Diesel é muito flutuante e, também, de acordo com os acórdãos do TCU:
- 2.12.1. **Acórdão 2733/2012 - Plenário:** É o julgado paradigmático que consolidou o entendimento de que a adoção do critério de "maior desconto" incidente sobre a tabela de preços médios da ANP é legítima, pois garante a seleção da proposta mais vantajosa diante da alta volatilidade dos preços de combustíveis.
- 2.12.2. **Acórdão 459/2013 - Plenário:** Reforça que o uso do levantamento de preços da ANP como parâmetro para o desconto é adequado para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, evitando que a Administração pague preços acima do mercado.
- 2.12.3. **Acórdão 1845/2015 - Plenário:** Trata da necessidade de que a pesquisa e o desconto incidam sobre a realidade do mercado local/regional onde o combustível será efetivamente entregue (conforme previsto no item 3.3 do TR analisado, que foca no município de Dourados)
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 07775847/0001-97-0-000001/2026;
 - II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2025
 - III) Id do item no PCA: 92;
 - IV) Classe/Grupo: 9140 - ÓLEOS COMBUSTÍVEIS;
 - V) Identificador da Futura Contratação: 154502/87/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A licitação será em item único, conforme tabela do subitem 1.1.

3.2. Para o da tabela constante do subitem 1.1 deste Termo de Referência, a licitante deverá indicar o percentual correspondente de desconto incidente, tendo como base de cálculo, a média de preços praticados da tabela de combustível da Agência Nacional de Petróleo – ANP (diesel), para o município de Dourados-MS, na semana da Sessão Pública deste Pregão.

3.3. O percentual de desconto oferecido na proposta da empresa vencedora incidirá sobre a média de preços do combustível (diesel S500 ou comum), extraída da Síntese dos preços praticados no município onde será feito a entrega (Dourados-MS, última pesquisa de preço disponível). Essa síntese de preços será obtida em consulta ao Levantamento de Preços de Combustíveis (últimas semanas pesquisadas) da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível – ANP por meio do seguinte endereço: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas>, no item intitulado: Preços médios semanais: Brasil, regiões, estados e municípios - última semana disponível e fazendo uma busca pelo município de Dourados/MS, aplicando-se o desconto ofertado no valor médio dos postos pesquisados pela agência que for obtido na consulta realizada no dia da emissão da Ordem de Fornecimento.

3.3.1. A ordem de fornecimento será confeccionada utilizando os dados da planilha disponibilizada pela ANP, conforme item 3.3, efetuando-se a média de todos os postos pesquisados no município de Dourados/MS e depois a incidência do percentual de desconto ofertado pela licitante vencedora.

3.4. Os percentuais de descontos serão fixos e irrevogáveis, uma vez que os preços dos combustíveis poderão sofrer reajuste ou variações, para mais ou para menos, de acordo com a tabela da ANP, durante todo o prazo de vigência.

3.5. A aquisição do objeto por meio da modalidade de licitação, em sua forma eletrônica, mostra-se apropriada, tendo em vista que os materiais em questão podem ser definidos como bens comuns, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, em harmonia com o que prevê o inc. II do art. 3º do Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019. Além disso, são produtos com ampla disponibilidade no mercado, possibilitando a aquisição a qualquer tempo.

3.6. Conforme indicado neste Termo de Referência, a Fazenda Experimental possui posto de combustível com tanque cuja capacidade é de até 6.000 litros, dessa forma, o fornecimento parcelado do combustível se mostra como a melhor opção para evitar o desabastecimento do diesel, já que não possui espaço para armazenamento do total a ser licitado.

3.7. Após lavratura do contrato e emissão da nota de empenho a empresa licitada fornecerá o combustível após a emissão da Ordem de Fornecimento levando em consideração o desconto oferecido no processo em que sagrou-se vencedora sobre o valor médio do diesel na semana do pedido, levando-se em conta tabela fornecida pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) no município de Dourados-MS.

3.8. Para facilitar o transporte, poderão ser solicitadas as quantidades de 2.000, 3.000 ou 5.000 litros em cada ordem de fornecimento.

3.9. a licitante precisa se atentar ao ICMS Monofásico (Lei Complementar 192/2022), pois o imposto agora é fixo por litro (*ad rem*).

3.10. Para garantir exatidão matemática com a quantidade de litros de Diesel solicitado e a quantidade entregue, a licitante deverá fazer a conversão do volume entregue para a temperatura padrão de 20°C (padrão ANP), evitando perdas financeiras por dilatação térmica no transporte.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Exigem-se uma preocupação constante da Administração quanto à qualidade de óleo Diesel S-500 a ser entregue. Para tal, o objeto a ser empregado necessita estar devidamente regulamentado conforme as normas de padrões de qualidade da ANP (Agência Nacional de Petróleo) e ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) em virtude do emprego do objeto e a qualidade;

4.1.2. A qualidade dos produtos é definida por um conjunto de características físicas e químicas previstas nas Normas Brasileiras (NBR) e Métodos Brasileiros (MB) da Associação Brasileira de Normas Técnica (ABNT) e nas normas da American Society for Testing and Materials (ASTM), sendo regulada pela ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

4.2. A empresa licitante deverá observar os critérios de Sustentabilidade Ambiental, obrigatoriamente preencher as todas as condições do DECRETO NR 7.746, DE 5 DE JUNHO DE 2012, ficando sujeito à comprovação das práticas de Sustentabilidade Ambiental e segurança do material fornecido:

Art. 8º A comprovação das exigências apresentadas no instrumento convocatório poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no instrumento convocatório.

*§ 1º Em caso de inexistência da certificação referida no **caput**, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.*

§ 2º Caso o bem ou serviço seja considerado inadequado em relação às exigências do instrumento convocatório, o contratante deverá apresentar razões técnicas, assegurado o direito de manifestação do licitante vencedor.

4.3. A empresa deverá cumprir o que determina a Resolução CONAMA nº 273, de 29 de novembro de 2000, destacando seu artigo 8º:

Art. 8º Em caso de acidentes ou vazamentos que representem situações de perigo ao meio ambiente ou a pessoas, bem como na ocorrência de passivos ambientais, os proprietários, arrendatários ou responsáveis pelo estabelecimento, pelos equipamentos, pelos sistemas e os fornecedores de combustível que abastecem ou abasteceram a unidade, responderão solidariamente, pela adoção de medidas para controle da situação emergencial, e para o saneamento das áreas impactadas, de acordo com as exigências formuladas pelo órgão ambiental licenciador”..

4.4. A empresa transportadora deverá possuir: Licença de Operação expedida por Órgão Ambiental; de acordo com o art. 4, da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 9 DE MAIO DE 2012, deverá possuir a AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE TRANSPORTE INTERESTADUAL DE PRODUTOS PERIGOSOS, que será emitido para pessoas jurídicas e físicas que preencham os requisitos para emissão do CERTIFICADO DE REGULARIDADE AMBIENTAL, em conformidade com as regras do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.

4.5. A empresa deve possuir registro no IBAMA para atividade de transporte; certificado de Capacitação e Calibragem dos caminhões e tanques disponibilizados para o transporte; e Plano de Emergência de Transporte (PET).

4.6. A empresa deve entregar o material dentro das Normas Legais previstas (INMETRO, ANP, NBR, ABNT, ISSO, Normas de Segurança do Trabalho e outras), dentre as demais previstas no Edital/ Contrato, dentro dos prazos e condições, assumindo todas as despesas de fretes, taxas e eventuais onerações que incidam sobre o objeto desta licitação.

Subcontratação

4.7. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.8.1. O objeto da licitação não apresenta complexidade, sendo que a exigência de garantia apenas onerará as propostas apresentadas e restringirá a competição.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.9. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.9.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.9.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.9.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 03 (três) dias úteis, contados do envio da Ordem de Fornecimento, em remessa única.

5.1.1. Entende-se por remessa única a quantidade de combustível solicitada em cada Ordem de Fornecimento e não a quantidade total licitada.

5.2. A entrega será feita por Caminhões Tanques de Combustível diretamente das Distribuidoras, nas quantidades estabelecidas pelas ordens de fornecimento, a ser entregue na Fazenda Experimental: UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD, UASG 154502, Fazenda Experimental, na Rodovia Dourados/Itahum, Km 12/ saída à esquerda (aeroporto) + 4,2 km (direita) + 4,8 km (esquerda) – Zona Rural - DOURADOS/MS, Fone: (67) 3410-2705, entrega de segunda a sexta-feira, das 07:00h às 11:00h e das 13:00h às 16:00h.

5.2.1. Importante verificar o dia da semana de entrega, já que na Fazenda Experimental não há expediente em sábados, domingos, feriados e pontos facultativos.

5.3. O fornecimento será realizado de forma **contínua e sob demanda**, com vigência de até **48 (Quarenta e oito) meses** (Art. 106, Lei 14.133/2021), mediante a emissão periódica de Ordens de Fornecimento (OF) pela fiscalização da Fazenda Experimental/UFGD.

5.4. As quantidades anuais serão empenhadas conforme a disponibilidade orçamentária de cada exercício, sendo o quantitativo para os primeiros 12 meses estimado em **40.000 litros**.

5.5. A cada novo exercício financeiro, a Administração promoverá o **apostilamento** dos novos quantitativos de empenho, mantendo-se o percentual de desconto fixo ofertado sobre a tabela ANP vigente na data de cada entrega.

5.6. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.8. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 03 (três) dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial (presencial ou por videoconferência) para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimo por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

7.2.4.7.1. A entrega de diesel fora dos padrões de qualidade da ANP ou sem a conversão volumétrica para 20°C constitui inexecução parcial grave sujeita à multa compensatória.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados.

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7.15. O valor de referência para o cálculo das multas compensatórias no caso de prorrogações será sobre o valor anual.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.
- 8.10. Para fins de faturamento, medição e liquidação da despesa, o volume de óleo diesel S-500 registrado no ato da entrega deverá ser obrigatoriamente convertido para o volume correspondente à temperatura padrão de 20°C (vinte graus Celsius), seguindo as tabelas de correção e normas técnicas vigentes da ANP e com base na recomendação técnica do TCU para o biênio 2024-2025 e nos riscos identificados para entregas em zonas rurais

8.10.1. A contratada deverá apresentar, junto à Nota Fiscal, o comprovante de medição que indique a temperatura do combustível no momento do descarregamento e o respectivo fator de conversão aplicado.

8.10.2. Esta medida fundamenta-se na necessidade de mitigar o risco de variação volumétrica decorrente das mudanças de temperatura durante o trajeto até a zona rural, assegurando que a Administração não realize pagamentos por volumes não recebidos e mantenha a integridade do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Liquidação

- 8.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.12. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.13.1. o prazo de validade;

8.13.2. a data da emissão;

8.13.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.13.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.13.5. o valor a pagar; e

8.13.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.14. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.15. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.16.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.16.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.19. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.21. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.26. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.27. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.30. Não há reajuste do percentual de desconto e o valor de referência (tabela da ANP) já reflete a realidade do mercado e, portanto, inclui a variação da inflação e o reajuste. Como o valor é variável e o pagamento ocorrerá de acordo com o valor vigente à época do pedido, prever um índice adicional para reajuste significa aumentar o valor de referência da tabela, o que não pode ser feito.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será PARCELADO.

9.2.1. O fornecimento de diesel será parcelado levando-se em conta a quantidade total licitada, que será feita por ordem de fornecimento. Neste caso, a quantidade solicitada em cada ordem de fornecimento não poderá ser parcelada.

9.2.2. As remessas serão solicitadas em quantidades de 2.000, 3.000 ou 5.000 litros. Conforme o **Acórdão 640/2024 - Plenário**, o custo logístico (Clog) desse transporte fracionado até a zona rural deve estar obrigatoriamente incluído no desconto ofertado.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. O critério de aceitabilidade de preços será o **Maior Desconto** ofertado, que incidirá sobre a média de preços praticados no município de **Dourados-MS**, conforme o Levantamento de Preços de Combustíveis da **ANP (Agência Nacional do Petróleo)** vigente na data da emissão da Ordem de Fornecimento.

9.5. O preço máximo aceitável pela Administração será o valor correspondente à média da ANP para a localidade citada, sendo que qualquer proposta com desconto **inferior ao estipulado pelo item 1.1** será automaticamente desclassificada.

9.6. Para fins de **exequibilidade** (Art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021), a Administração considerará como preço manifestamente inexequível aquele que não for suficiente para cobrir os custos de aquisição do combustível junto à distribuidora somados aos custos logísticos (Clog) de entrega na zona rural.

9.7. Como se trata de **fornecimento contínuo** (Art. 106, Lei 14.133/2021), a aceitabilidade do preço será reavaliada anualmente por ocasião da renovação dos quantitativos, mediante pesquisa de mercado que comprove que o percentual de desconto pactuado permanece vantajoso em relação a outras contratações públicas similares na região de Dourados/MS.

Exigências de habilitação

9.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.9. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.10. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.11. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.12. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.14. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. Ato de autorização para o exercício da atividade de fornecimento de combustível (Diesel), expedido pela ANP nos termos Resolução ANP n. 958, de 05/10/2023.

9.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.22. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.25. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.26. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

9.27. A não exigência de índices financeiros e balanço patrimonial nesta contratação fundamenta-se no Art. 37, XXI da CF e no Art. 17, § 2º da Lei 14.133/2021, visto que o modelo de negócio (pagamento apenas após a entrega e conformidade do diesel) transfere o risco de inadimplência para o particular. Ademais, por ser um bem comum de fornecimento parcelado (Item 9.2 do TR), a Administração preserva a ampla competitividade, garantindo que a seleção foque na capacidade técnica logística de entrega em zona rural, conforme exigido nos itens 9.28.1.1 e 9.28.1.2 do Termo de Referência.

Qualificação Técnica

9.27. Registro ou inscrição da empresa na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em plena validade;

9.28. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.28.1.1. **Quantitativo Mínimo:** Comprovação de fornecimento de combustível (óleo diesel) em quantidade de, no mínimo, **20.000 (vinte mil) litros**, correspondente a 50% da estimativa anual de consumo da FAECA (40.000 litros), admitindo-se o somatório de atestados de períodos concomitantes;

9.28.1.2. **Complexidade Logística (Delivery Rural):** O atestado deverá declarar expressamente que o fornecimento envolveu a **entrega parcelada/fracionada no modelo "delivery" (ponto a ponto)**, preferencialmente em zona rural ou locais de difícil acesso, visando comprovar que a licitante detém *know-how* operacional para gerir o custo logístico (Clog) e o transporte de carga perigosa em estradas não pavimentadas.; e

9.28.1.3. **Regularidade Regulatória:** Os atestados devem estar acompanhados da prova de **registro ou autorização ativa junto à ANP** para o exercício da atividade de revenda ou distribuição, em plena validade na data de execução do objeto atestado.

9.29. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação (Anexo II).

9.29.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.30. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante:

9.30.1. O licitante deverá comprovar, por meio de atestado(s) de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado contrato (s) de serviços continuados em quantidades compatíveis com o pleiteado neste certame. Será aceito o somatório de atestados, a fim de comprovar a quantidade mínima de postos exigida, desde que referentes a contratos executados concomitantemente.

9.30.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.30.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES /MPDG n.º 5/2017.

9.30.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES /MPDG n.º 5/2017.

9.30.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VIIA da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017.

9.31. A Administração não estabeleceu vedação à participação de empresas estrangeiras no certame. Pelo contrário, o Termo de Referência prevê expressamente o rito para a participação de tais entidades em seus itens: Item 9.11: Define os documentos necessários para a habilitação de Sociedade empresária estrangeira, exigindo a portaria de autorização de funcionamento no Brasil. Itens 9.32 e 9.33: Estabelecem o rito para empresas estrangeiras que não funcionam no país, permitindo documentos equivalentes com tradução juramentada e apostilamento.

9.31.1. A exclusão do item que tratava da "solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil", fundamenta-se nos seguintes pontos técnicos:

9.31.1.1. Competência Regulatória Específica: Para o fornecimento de combustíveis, a entidade "competente" não é um conselho profissional (como o CREA ou CORE), mas sim uma Agência Reguladora Federal (ANP). A exigência de registro na ANP já está devidamente prevista no item 9.15 do TR.

9.31.1.2. Evitar Redundância e Burocracia (Art. 22, LINDB): Manter o item poderia gerar confusão interpretativa ao sugerir a necessidade de registro em conselhos de classe para um objeto de revenda /distribuição de combustível. A habilitação jurídica necessária para empresas estrangeiras operarem no Brasil (Portaria de Funcionamento) já supre o requisito de existência legal no país, conforme o item 9.11 do TR.

9.31.1.3. Conformidade com a Resolução ANP nº 837/2021: Reconhecemos que a referida resolução permite a atuação de estrangeiras. No entanto, para a execução do objeto (entrega fracionada em zona rural), a empresa — nacional ou estrangeira — deve obrigatoriamente possuir a autorização específica da ANP nos termos da Resolução ANP nº 958/2023, conforme exigido no item 9.15 do TR.

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.32. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.33. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.34. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 580.800,00 (quinhentos e oitenta mil e oitocentos reais), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$ 100,00.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/unidade: 156528;

Fonte de recursos: 1000000000;

Programa de trabalho: 231224;

Elemento de despesa: **3390.30.01** - Combustíveis e lubrificantes automotivos e

Plano interno: M20RKG0100N.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Dourados, 21 de maio de 2026.

MAXIMILIANO KAWAHATA PAGLIARINI

Equipe de planejamento

JOSÉ OSMAR FERREIRA DA COSTA E SILVA

Equipe de planejamento

CRISTIANO MARCIO ALVES DE SOUZA

Equipe de planejamento

RENATO DE FREITAS ROSA

Equipe de apoio

13. ANEXO I

Não se aplica

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital OU Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que

se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAXIMILIANO KAWAHATA PAGLIARINI

Equipe de Planejamento

JOSE OSMAR FERREIRA DA COSTA E SILVA

Equipe de Planejamento

CRISTIANO MARCIO ALVES DE SOUZA

Equipe de Planejamento

RENATO DE FREITAS ROSA

Equipe de apoio



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 21/05/2026

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 40/2026 - FAECA (11.05.01.08) - FAECA (11.05.01.08)
(Nº do Processo: 23005.011423/2024-96)

(Assinado digitalmente em 21/05/2026 10:20)

CRISTIANO MARCIO ALVES DE SOUZA

COORDENADOR - TITULAR

CHEFE DE UNIDADE

FAECA (11.05.01.08)

Matrícula: 1507858

(Assinado digitalmente em 21/05/2026 16:34)

JOSE OSMAR FERREIRA DA COSTA E SILVA

CHEFE DE DIVISAO - TITULAR

CHEFE DE UNIDADE

DISAG (11.05.01.08.01)

Matrícula: 1189614

(Assinado digitalmente em 21/05/2026 09:34)

MAXIMILIANO KAWAHATA PAGLIARINI

TECNICO EM AGROPECUARIA

DISAG (11.05.01.08.01)

Matrícula: 2402637

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufgd.edu.br/documentos/> informando seu número: **40**, ano: **2026**, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **21/05/2026** e o código de verificação: **9e1038d831**

FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Estudo Técnico Preliminar 26/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23005.011423/2024-96

2. A Fazenda Experimental

2.1 O presente estudo objetiva a aquisição de Combustível para abastecimento da frota da Fazenda Experimental. A frota inclui tratores, colheitadeiras, pás, caminhões e camionetes para a execução das atividades desempenhadas.

A Fazenda Experimental de Ciências Agrárias é um órgão suplementar criado por meio da Resolução COUNI nº 01 de 30 de outubro de 2006 e implantado pela Portaria nº 106 de 28 de março de 2007 cujo objetivo principal é o apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão de toda a comunidade acadêmica da UFGD.

2.2 A FAECA possui área de aproximadamente 324 ha, sendo 64,8 ha de reserva ambiental legal, 294ha da Fazenda Jatehycaa Parte (Unidade III) e aproximadamente 30ha na Unidade II (Fazendinha) destinados ao apoio às Unidades Acadêmicas da UFGD no ensino, na pesquisa e na extensão. O órgão serve de base para a produção e a atualização de conhecimentos de profissionais por meio de cursos, estágios, seminários, visitas e outros eventos, prestando orientação e serviços técnicos especializados nas áreas de atuação da Universidade, de acordo com suas possibilidades. Como também, serve de base para a produção e atualização do conhecimento e transferência de tecnologia, constituindo-se em uma unidade de experimentação, extensão, produção agropecuária e agroindustrial e de preservação ambiental.

2.3 Contamos com parcerias importantes de outros órgãos públicos como a Embrapa e possibilidade de convênios com empresas privadas que se interessam em testar seus produtos.

2.4 Estão implantadas diversas pesquisas nas mais diversas áreas das ciências agrárias dentro da fitotecnia e zootecnia. Pode-se citar trabalhos com as grandes culturas como soja, milho, feijão e produção de ovinos e bovinos. Além disso, os pesquisadores também desenvolvem trabalhos com plantas oleaginosas com potencial para produção de biocombustíveis, rotação e sucessão de cultura, introdução de novas espécies vegetais com promissora adaptação ao clima da região, mecanização agrícola, adubação e fertilidade do solo, irrigação e fruticultura.

2.5 Em relação à produção animal, a ovelha nativa, ou ovelha pantaneira, é o destaque da ovinotecnia em que as pesquisas se estendem a toda a cadeia produtiva, de forma a coletar dados que ajudem este setor a se destacar no estado. Os estudos simulam situações e analisam dados de confinamento, comparação entre pastagens, potencial da produção de leite e, também, estudos sobre os custos de produção.

2.6 Ainda sobre a alimentação animal, a FAECA produz anualmente feno e silagem para complementação da alimentação dos animais nos períodos de pouca chuva, quando a pastagem não é suficiente. Isso significa que, salvo experimentos específicos de nutrição animal, a fazenda consegue disponibilizar alimentação durante todo o ano para os animais.

2.7 Dessa forma, com sua área a FAECA tem a possibilidade de realizar produção própria de grãos para consumo interno, como a alimentação dos animais dos experimentos, e a produção sobressalente é vendida por meio de leilões o que garante que parte do investimento feito pela UFGD volte à Universidade.



Figura 1. Visão aérea da sede da Fazenda Experimental.



Figura 2. Visão aérea da sede da Fazenda Experimental durante o AgroShow Dourados - Safrinha, evento organizado pela FAECA junto à Associação dos Engenheiros Agrônomos da Grande Dourados como parte da difusão de conhecimento produzido pela Fazenda.

3. Descrição da necessidade

3.1 Trata-se de estudo técnico preliminar da contratação que objetiva fornecimento contínuo de combustível (Diesel) para os veículos agrícolas lotados na Fazenda Experimental da Universidade Federal da Grande Dourados.

3.2 A elaboração dos estudos técnicos preliminares constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação (planejamento preliminar) e tem como objetivo assegurar a viabilidade técnica da contratação e embasar o termo de referência, que somente é elaborado se a contratação for considerada viável.

3.3 O diesel tem grande importância no campo, sua utilização vai desde a fabricação de matérias primas para fertilizantes, transporte do produto final ao consumidor, além, claro, de movimentar tratores e outras máquinas automotrizes no cultivo, manutenção e colheita das culturas.

3.4 Como mencionado no item 2 deste Estudo Técnico Preliminar, a FAECA é autossuficiente na produção de grãos para alimentação dos animais sob sua responsabilidade. O objetivo da FAECA não é a produção de grãos, mas está relacionado ao ensino, pesquisa e extensão, porém, para que haja esses itens é de grande importância o diesel, já que é ele que vai movimentar os tratores e colhedoras.

3.5 A UFGD possui contrato que disponibiliza combustíveis para a sua frota, porém, este contrato não consegue atender em sua plenitude todos os veículos da FAECA.

3.6 O contrato atual trabalha com cartão de abastecimento, porém, com este sistema é preciso que o veículo vá até um posto de abastecimento credenciado com o tipo de cartão. Vale lembrar que alguns tratores e colhedoras, por exemplo, não podem se locomover pela rodovia por se tratarem estritamente de veículos de serviço, o que ocasionaria elevado custo para seu transporte.

3.7 Além disso, ao realizar o pagamento há uma quantidade máxima de litros que o sistema do cartão aceita, dessa forma, é preciso passar mais de uma vez o pagamento de grandes quantidades de diesel. O que ocorre é que a cada compra com uma matrícula é preciso esperar um intervalo de três a quatro horas, fazendo com que o servidor responsável pela matrícula precise se locomover ao posto várias vezes.

3.8 Na Tabela 1 é possível visualizar o parque de máquinas e veículos da FAECA.

Tabela 1. Lista de veículos da Fazenda Experimental.

MARCA	TIPO	MODELO	QUANT. DE DIESEL (L)	POSSUI CARTÃO?	PODE SE LOCOMOVER POR RODOVIAS?
Mitsubishi	Camionete	L 200	100	Não	Sim
Mitsubishi	Camionete	L 200	100	Não	Sim
Chevrolet	Camionete	D 20	120	Não	Sim
Ford	Camionete	Ranger	100	Sim	Sim
Nissan	Camionete	Frontier	100	Sim	Sim
Mercedes-Benz	Caminhão	1313	400	Não	Sim
Michigan	Pá	M 75	300	Não	Não
Veneza II	Ônibus	Ônibus	300	Não	Sim
New Holland	Trator	8030	250	Não	Não
Massey Ferguson	Trator	265	100	Não	Não
Massey Ferguson	Trator	265	100	Não	Não
Massey Ferguson	Trator	292	275	Não	Não
Massey Ferguson	Trator	296	275	Não	Não
Ford	Trator	5610	150	Não	Não
Massey Ferguson	Trator	295	275	Não	Não
New Holland	Colhedora	4040	200	Não	Não
New Holland	Colhedora	5050	200	Não	Não
Mercedes-Benz	Caminhão	608	200	Não	Sim
Case	Trator	Magnum 290	790	Não	Não
New Holland	Trator	TL 85	200	Não	Não
TOTAL			4.535		

3.9 É importante destacar que mesmo possuindo cartão de abastecimento, alguns veículos são utilizados diretamente no dia a dia da Fazenda. Considerando que o posto mais próximo da Fazenda Experimental está há 15,6 km, algumas vezes se torna inviável ir até o posto, principalmente nas épocas de grande fluxo de serviços (Semeadura e colheita).

3.10 Dessa forma, a melhor opção para atender as necessidades da FAECA seria com a entrega de grandes quantidades sob demanda.

3.11 Em relação a isso, a Fazenda possui estrutura recém inaugurada que comportaria esse recebimento. Em 2022 foi inaugurado o posto de abastecimento da FAECA. Uma obra muito aguardada desde sua criação e que contempla todas as licenças necessárias para seu funcionamento.

3.12 Este posto conta com um tambor que pode armazenar até 6.000 L de diesel, possui bomba de abastecimento, sistemas de escoamento e captação de material contaminante. Na Figura 3 é possível visualizar este posto de combustíveis.



Figura 3. Vista geral do novo posto de abastecimento da FAECA.

3.13 Em observância ao art. 3º do Decreto nº 8.540/2015, destaca-se, como interesse público, que o fornecimento de combustíveis contribui para a eficiência das atividades acadêmicas e administrativas, promovendo um ambiente mais confortável e produtivo para toda a comunidade universitária. A aquisição está em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade ambiental.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Fazenda Experimental	Maximiliano Kawahata Pagliarini
Fazenda Experimental	Cristiano Márcio Alves de Souza
Fazenda Experimental	José Osmar Ferreira da Costa e Silva

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, às informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar deverão estar disponíveis a qualquer interessado, não sendo caracterizadas como sigilosas. Ademais, todas as contratações da instituição observam as normas da Lei Geral de Proteção de Dados, nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, inclusive quanto aos fundamentos do art. 2º, em especial do respeito à privacidade, os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

5.2 Trata-se de aquisição de objeto de natureza comum: fornecimento contínuo de combustível para a frota de veículos da Fazenda Experimental.

5.3 A Contratada deverá adotar todas as práticas necessárias no fornecimento do item e estar em dia com todas as obrigações relacionadas ao comércio destes produtos, seja da ordem fiscal, financeira, logística ou sustentável, ou outra que por ventura necessitar de acordo com as leis que regem este tipo de transação.

5.6 A contratada deve responsabilizar-se por todas as despesas impostas, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outros custos diretos e indiretos que incidam ou venham a incidir sobre os produtos ofertados.

5.7 A contratada deve responsabilizar-se por efetuar a entrega do(s) produto(s) em perfeitas condições de uso e prazo estabelecido, de acordo com as especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento.

5.8 A contratada deve responsabilizar-se por cumprir fielmente o que estabelece o Edital e seus Anexos.

5.9 A contratada deve responsabilizar-se por providenciar alternativas de abastecimento em caso de panes, falta de combustível, casos fortuitos ou de força maior, nas mesmas condições acordadas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após solicitação da CONTRATANTE, sob pena de sofrer as sanções previstas no contrato.

5.10 A contratada deve responsabilizar-se a cumprir as obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de Direito Público.

5.11 A contratada deve responsabilizar-se por assumir inteira responsabilidade pela entrega e garantia dos produtos e todos os custos com fretes, tributos, seguros e quaisquer outros encargos;

5.12 A contratada deve responsabilizar-se por responder por quaisquer danos materiais ou pessoais causados voluntária ou involuntariamente por seus empregados nos locais de trabalho, à UFGD ou a terceiros em decorrência da entrega dos produtos.

5.13 Os licitantes deverão apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, na forma do modelo constante do EDITAL desta contratação, após a abertura da sessão e conforme instruções dadas pelo pregoeiro.

5.14 A entrega será feita por Caminhões Tanques de Combustível diretamente das Distribuidoras, nas quantidades estabelecidas neste ETP, a ser entregue na Fazenda Experimental: UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD, UASG 154502, Fazenda Experimental, na Rodovia Dourados/Itahum, Km 12/ saída à esquerda (aeroporto) + 4,2 km (direita) + 4,8 km (esquerda) – Zona Rural - DOURADOS/MS, Fone: (67) 3410-2705, entrega de segunda-feira a sexta-feira, das 07:00h às 11:00h e das 13:00h às 16:00h.

5.15 O prazo de entrega dos combustíveis é de 72 horas contadas da Ordem de fornecimento.

5.16 A tabela da ANP será utilizada no dia da emissão da ordem de fornecimento, usando como referência o preço médio do combustível dos postos da cidade de Dourados-MS, incidindo o desconto por litro de diesel na média final.

5.17 Os pedidos de diesel tipo S-500 (Comum) serão de quantidade mínima de 5.000 litros, cabendo em comum acordo entre as partes, a entrega de quantidades inferiores ou superiores.

5.18 O diesel será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, pelo responsável do acompanhamento e fiscalização do fornecimento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes em Termo de Referência e na proposta.

5.19 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.20 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.20.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.21 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.22 Observando o princípio da Padronização, conforme preconiza o art. 47, I, da Lei nº 14.133/21, foi realizada consulta no Catálogo Eletrônico de Padronização, disponível no Portal Nacional de Compras Públicas e na data de 04/04/2025 foi identificado que **não** há objeto padronizado no catálogo que atenda a presente demanda.

5.23 A presente contratação foi autorizada pelo agente competente conforme as normas internas da Universidade Federal da Grande Dourados e em estrita obediência ao Decreto nº 10.193/2019, bem como as normas complementares da Portaria ME nº 7.828/2022, que define as regras de competência para atos administrativos, garantindo a legalidade e a transparência do processo, em conformidade com os princípios norteadores da administração pública. Destaca-se que a observância ao Decreto é baseada nos seguintes pontos: Adequação às normas estabelecidas, observância da hierarquia e das atribuições dos órgãos, respeito ao princípio da legalidade e garantia de transparência e controle.

6. Levantamento de Mercado

6.1 Considerando os requisitos técnicos descritos, foram realizadas buscas no mercado por meio de:

- Sites de fornecedores especializados;
- Consultas a licitações públicas recentes, registradas no Compras.gov.br;
- Análise de processos licitatórios de outras instituições públicas de ensino, como universidades federais e órgãos da administração direta.

6.2 Verificou-se que a prática mais comum do mercado consiste em:

- Aquisição direta, acompanhada de instalação, caso necessário;
- Contratação por item, com especificações padronizadas;
- Registro de Preços, permitindo aquisições futuras de acordo com a necessidade da instituição, especialmente em períodos de altas demandas como época de semeadura de colheita das culturas de soja e milho.

6.3 Para fornecimento de combustíveis para máquinas agrícolas foram avaliadas diversas possibilidades como levar os equipamentos até postos de combustíveis para abastecer, transportar combustível em tambores até o Campus para fazer os abastecimentos diários, entre outras, sendo que nenhuma das soluções foram consideradas viáveis para atendimento da demanda.

6.4 Desta forma, na região da Grande Dourados existem diversas empresas que fazem a venda de combustíveis a granel, o que viabiliza a aquisição desses produtos desta maneira por Sistema de Registro de Preços, optamos por utilizar esta forma de fornecimento do insumo. É importante salientar que o combustível está sendo adquirido a granel devido à FAECA ter ponto de abastecimento e estoque de combustível adequado às normas de segurança, conforme mencionado no item 3 deste Estudo Técnico Preliminar.

6.5 Diante das opções analisadas e da prática comum no setor público, considera-se tecnicamente viável o fornecimento contínuo dos combustíveis. Tal modelo oferece flexibilidade, economicidade e eficiência na execução orçamentária da Universidade.

7. Descrição da solução como um todo

7.1 A necessidade da contratação se deve ao grande número de máquinas agrícolas que são de propriedade da UFGD, sendo que estes não podem transitar em rodovias, o que impossibilita o deslocamento das mesmas até posto de Combustível sendo necessário, este deslocamento várias vezes na semana. Também foi avaliado transportar combustível em tambores até o Campus para fazer os abastecimentos diários. Desta forma, a solução viável é optar pela forma de fornecimento a granel devido ao Campus ter ponto de abastecimento e estoque combustível.

7.2 Contratante adquire os combustíveis da contratada sob forma de objeto com capacidade para armazenamento em seus tanques que é de 6 mil litros.

7.3 Feita a entrega sob forma de caminhão tanque da contratada, todo o combustível devidamente registrado é liberado pelo setor responsável de transportes para sua utilização conforme demanda autorizada.

7.4 A modalidade de aquisição a ser utilizada neste processo deverá ser o Pregão Eletrônico. A contratação de pessoa jurídica para fornecimento parcelado de combustíveis encontra amparo legal na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; Normas técnicas brasileiras elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e regulamentadas pelo INMETRO; Portaria nº 559, de 15 de dezembro de 2016 que aprova o Regulamento Técnico Metrológico (RTM) estabelecendo os requisitos técnicos, metrológicos e de segurança de software e hardware aplicáveis às bombas medidoras de combustíveis líquidos utilizadas nas medições de volume.

7.5 Para todos os itens a ser licitado que estiverem descritos no Termo de Referência, o licitante deverá indicar, para o combustível, o percentual correspondente de desconto incidente, tendo como base de cálculo, a média de preços praticados da tabela de combustível da Agência Nacional de Petróleo - ANP (gasolina ou diesel), para o município de Dourados-MS, na semana da Sessão Pública deste Pregão.

7.6 Posteriormente, após assinatura do contrato, a empresa licitada, fornecerá o combustível após a emissão da Ordem de Fornecimento levando em consideração o desconto oferecido no processo em que sagrou-se vencedora sobre o valor médio do diesel na semana do pedido, levando-se em conta tabela fornecida pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) no município de Dourados-MS.

7.7 Para ambas as situações a consulta do valor do diesel poderá ser feita no seguinte sítio eletrônico: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas>.

7.8 A pesquisa será feito por município, informando Dourados-MS na consulta.

7.9 Assim, a presente solução configura-se como a mais adequada para atender ao interesse público, à demanda institucional e às diretrizes legais de contratação pública, garantindo o correto investimento dos recursos e a melhoria da infraestrutura da Fazenda Experimental da UFGD.

7.10 Os materiais, objeto da presente aquisição, caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos fornecedores e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de aquisição com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 Levando-se em conta a Tabela 2, que descreve o parque de máquinas e veículos da Fazenda Experimental da UFGD, seriam necessários 3.333,33 L de diesel por mês, totalizando com aproximação de 40.000 L para 12 meses e 80.000 L em 24 meses.

Tabela 2. Descritivo do parque de máquinas e veículos lotados na Fazenda Experimental utilizados para o desenvolvimento das atividades do órgão suplementar.

			QUANT. DE
--	--	--	-----------

MARCA	TIPO	MODELO	DIESEL (L)
Mitsubishi	Camionete	L 200	100
Mitsubishi	Camionete	L 200	100
Chevrolet	Camionete	D 20	120
Ford	Camionete	Ranger	100
Nissan	Camionete	Frontier	100
Mercedes-Benz	Caminhão	1313	400
Michigan	Pá	M 75	300
Veneza II	Ônibus	Ônibus	300
New Holland	Trator	8030	250
Massey Ferguson	Trator	265	100
Massey Ferguson	Trator	265	100
Massey Ferguson	Trator	292	275
Massey Ferguson	Trator	296	275
Ford	Trator	5610	150
Massey Ferguson	Trator	295	275
New Holland	Colhedora	4040	200
New Holland	Colhedora	5050	200
Mercedes-Benz	Caminhão	608	200
Case	Trator	Magnum 290	790
New Holland	Trator	TL 85	200
TOTAL POR MÊS			4.535
TOTAL POR ANO (12 MESES)			54.420

8.2 Ressalta-se que este quantitativo é o valor para que todos os tanques sejam completados por mês. Como em qualquer Fazenda, há meses que o consumo seja o indicado, porém, há meses que o consumo pode superar, já que o uso dos equipamentos e veículos é intensificado na época da semeadura das culturas, época dos tratos culturais e época da colheita.

8.3 Além disso, o diesel é importante para todos os meses, já que existem experimentos de toda natureza e com várias culturas, dessa forma, há atividades em todos os meses do ano, por isso, justifica-se a quantidade solicitada.

8.4 Como trata-se de fornecimento contínuo de Diesel, por se tratar de um material imprescindível para o funcionamento da unidade, uma contratação já foi efetivada e atendeu às necessidades da Fazenda Experimental, que foi a licitação por quantidade de Diesel levando-se em conta o desconto máximo pelo litro do combustível, oferecido pela empresa vencedora, sobre a média do preço dos postos em Dourados-MS disponível no sítio eletrônico da ANP.

8.5 Quando o combustível na FAECA estava para acabar, era emitida uma ordem de fornecimento fazendo a pesquisa de preço no sítio eletrônico da ANP com a média semanal de preços realizada pelo órgão.

8.6 Assim, justifica-se a nova tratativa de fornecimento contínuo de material, com a possibilidade de estender a contratação por mais tempo, para evitar a necessidade de fazer uma licitação todo ano, assim, o próprio setor de compras teria um alívio, pois seria uma demanda a menos.

8.7 De acordo com a memória de cálculo da contratação anterior (Tabela 3) ocorrida em 2023 (Processo 23005.023747/2022-13), segue abaixo, a média anual de uso de Diesel pela Fazenda Experimental:

Tabela 3. Memória de cálculo da contratação anterior.

Ordem de fornecimento	Data de solicitação	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor total	Nota Fiscal	Data de emissão	Processo pagamento
1/2023	29/08/23	Óleo Diesel comum	3.000	R\$ 5,81	R\$ 17.430,00	0024831-100	01/09/23	23005.025997/2023-61
2/2023	08/11/23	Óleo Diesel comum	5.000	R\$ 6,20	R\$ 31.000,00	0025906-100	09/11/23	23005.032446/2023-53
SUBTOTAL 2023			8.000		R\$ 48.430,00	Média de litros por mês		1.656,31
1/2024	23/01/24	Óleo Diesel comum	5.000	R\$ 5,78	R\$ 28.900,00	0026784-100	23/01/24	23005.001152/2024-61
2/2024	06/05/24	Óleo Diesel comum	5.000	R\$ 5,79	R\$ 28.950,00	0028466-100	06/05/24	23005.008457/2024-01
3/2024	06/08/24	Óleo Diesel comum	5.000	R\$ 5,83	R\$ 29.150,00	0029453-100	07/08/24	23005.014898/2024-34
4/2024	31/10/24	Óleo Diesel comum	5.000	R\$ 5,96	R\$ 29.151,00	0030439-100	01/11/24	23005.024120/2024-33
SUBTOTAL 2024			20.000		R\$ 116.151,00	Média de litros por mês		1.739,13
1/2025	07/01/25	Óleo Diesel comum	5.000	R\$ 5,93	R\$ 29.650,00	0031052-100	09/01/25	23005.000369/2025-34
2/2025	17/03/25	Óleo Diesel comum	5.000	R\$ 6,28	R\$ 31.400,00	0031826-100	17/03/25	23005.006030/2025-41
3/2025	03/07/25	Óleo Diesel comum	5.000	R\$ 6,08	R\$ 30.400,00	0033015-100	07/07/25	23005.018249/2025-93
4/2025	28/10/25	Óleo Diesel comum	5.000	R\$ 5,96	R\$ 29.800,00	0034101-100	29/10/25	23005.029306/2025-60
1/2026	02/02/26	Óleo Diesel comum	5.000	R\$ 5,91	R\$ 29.550,00			
SUBTOTAL 2025			25.000		R\$ 150.800,00	Média de litros por mês		2.587,99
TOTAL			53.000		R\$ 315.381,00	Média de litros por mês considerando todo contrato		1.994,48
Saldo de empenho							R\$ 39.437,37	
Saldo de diesel (L.)							1.420	

8.8 Observa-se que a média mensal de consumo foi aumentando, já que as demandas em pesquisa, ensino e extensão também aumentaram, necessitando o uso de equipamentos para preparo do solo, semeadura, tratamentos culturais, colheita, etc.

8.9 Considerando a quantidade de Diesel necessário para abastecer todos os equipamentos conforme mostra a Tabela 2 e a média mensal de uso de Diesel da contratação anterior conforme especificado na Tabela 3, há uma defasagem. Isso mostra que é difícil a previsão mensal de uso, mas se realizarmos uma média entre os dois valores, o consumo mensal de Diesel pela Fazenda Experimental é de 3.333,33 L.

8.10 Sobre a Tabela 3, pode-se perceber que a porcentagem de aumento de 2023 para 2024 foi de 5,19%; enquanto que a porcentagem de aumento de gasto de combustível de 2024 para 2025 foi de 48,78%.

8.11 A média de litros mensal em toda contratação anterior está 22,92% menor que a média de gasto em 2025, assim, usar a média mensal da contratação anterior poderia ocasionar o desabastecimento da Fazenda. já que o número de serviços, experimentos tende a aumentar.

8.12 Dessa forma, a melhor opção seria utilizar a média entre o gasto de combustível para abastecer todos os equipamentos e o gasto mensal de toda a contratação anterior, conforme explicado no item 8.9.

8.13 Em um ano seriam necessários aproximadamente 40.000 litros de Diesel, considerando um contrato de 2 anos (podendo ser prorrogável), em 24 meses seriam necessários 80.000 litros de Diesel.

8.14 Segue abaixo, na Tabela 4, a estimativa das quantidades a serem contratadas.

Tabela 4. Estimativa das quantidades a serem contratadas com a média de valor do litros praticados no município de Dourados/MS entre 29/03/2026 e 04/04/2026.

Item	Especificação	Unidade	Quantidade mensal	Valor unitário	Valor total mensal
1	Óleo Diesel S500	Litro	3.333,33	R\$ 7,26*	R\$ 24.200,00
	Para 12 meses		40.000		R\$ 290.400,00
	Para 24 meses		80.000		R\$ 519.200,00

*O valor mencionado na tabela refere-se a média de preço dos postos de combustíveis, para Diesel S500, no município de Dourados-MS, no site eletrônico da ANP (<https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas>) na semana de 29/03/2026 e 04/04/2026.

8.15 Considerando que as empresas que fornecem Diesel possuem caminhões com tanques de 2 mil e 3 mil litros e, considerando que o tanque de combustível da Fazenda Experimental tem capacidade para 6 mil litros, é possível arredondar a quantidade mensal para 12 meses em quantidade múltipla de 5 mil, assim a Tabela 5, mostra a estimativa final das quantidades a serem contratadas.

Tabela 5. Estimativa final das quantidades a serem contratadas

Item	Especificação	Unidade	Quantidade mensal
1	Óleo Diesel S500	Litro	3.333,33
	Para 12 meses		40.000
	Para 24 meses		80.000

Manifestação Técnica: Justificativa de Quantitativos

8.16 A estimativa de quantitativos para a contratação de Diesel S-500 foi elaborada utilizando uma **metodologia mista**, que associa o histórico de consumo real (Série Histórica) à capacidade de demanda potencial da frota atual (Levantamento de Necessidades Internas).

1. Metodologia de Cálculo e Documentos de Embasamento

8.17 A metodologia baseou-se em dois pilares documentais:

- **Histórico de Contratações Anteriores:** Dados extraídos do **Processo nº 23005.023747/2022-13** (Contratação de 2023), que registrou o consumo efetivo entre agosto de 2023 e fevereiro de 2026.
- **Levantamento da Frota Atual:** Inventário detalhado de 20 veículos e máquinas agrícolas da FAECA, com suas respectivas capacidades de tanque, totalizando um potencial de consumo de **4.535 litros** para um único abastecimento completo de toda a frota.

2. Memória de Cálculo

8.18 A definição do consumo mensal de **3.333,33 litros** não é arbitrária, mas sim o resultado da média aritmética entre a necessidade máxima teórica e a média histórica ponderada, conforme descrito nos itens 8.9 e 8.12 do ETP.

- **A. Média Histórica (Série 2023-2026):** 1.994,48 litros/mês.
- **B. Capacidade de Carga da Frota (Potencial):** 4.535,00 litros.
- **C. Consumo Mensal Adotado:** Média entre (A + B), resultando em aproximadamente **3.333,33 litros/mês**.

Projeção para o Período Licitado:

- **12 meses:** $3.333,33 \text{ L} \times 12 = \mathbf{40.000 \text{ litros}}$ (valor arredondado conforme item 8.15 para viabilidade logística de entrega por caminhão-tanque).
- **24 meses (Vigência pretendida):** $3.333,33 \text{ L} \times 24 = \mathbf{80.000 \text{ litros}}$.

3. Justificativa para a Evolução da Demanda (Série Histórica)

8.19 A análise técnica justifica o aumento do quantitativo em relação aos primeiros anos do contrato anterior com base nos seguintes fatos:

- **Crescimento Progressivo:** O consumo médio mensal subiu de 1.656,31 L (2023) para 2.587,99 L (2025), representando um aumento de **48,78%** entre 2024 e 2025.
- **Expansão de Atividades:** O aumento deve-se à intensificação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, que demandam maior uso de equipamentos para preparo de solo, semeadura e colheita.
- **Sazonalidade:** O quantitativo prevê picos de demanda nas épocas de semeadura e colheita de grandes culturas (soja, milho e feijão), onde o uso das colhedoras e tratores é contínuo.

4. Consequências da Não Complementação (Art. 20, LINDB) e Obstáculos e Dificuldades do Gestor (Art. 22, LINDB)

O art. 20 da LINDB estabelece que as decisões não podem ser tomadas com base em valores jurídicos abstratos sem considerar as suas **consequências práticas**.

8.20 **Risco de Desabastecimento e Paralisia:** Caso a estimativa seja mantida apenas com base na média histórica global (1.994,48 L), o órgão corre o **risco iminente de desabastecimento** (item 8.11), visto que a média do último ano (2025) já é 22,92% superior a essa média global, e a tendência é de aumento das demandas acadêmicas e de produção própria de grãos para consumo animal.

8.21 **Interrupção de Atividades Finalísticas:** A falta de combustível interromperia atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de impossibilitar a produção de feno e silagem para a alimentação dos animais, gerando prejuízo ao patrimônio público (ovelhas pantaneiras e gado).

8.22 **Inviabilidade Operacional de Deslocamento:** Manter um quantitativo baixo forçaria o deslocamento de máquinas pesadas para postos externos (15,6 km de distância), o que é inviável tecnicamente para colhedoras e tratores que não podem circular em rodovias (itens 3.6 e 3.9).

O art. 22 da LINDB exige que a interpretação de normas sobre gestão pública considere os **obstáculos e as dificuldades reais do gestor** e as exigências da medida imposta.

8.23 **Sazonalidade Agrícola (Obstáculo Real):** O gestor enfrenta uma demanda não linear. O consumo é intensificado nas épocas de **semeadura, tratos culturais e colheita** (itens 8.2 e 11.3). Uma estimativa baseada apenas na média linear ignoraria essa dificuldade real de planejamento do ciclo biológico das culturas.

8.24 **Limitações Logísticas do Mercado:** O mercado de fornecimento a granel opera com caminhões-tanque de **2.000 e 3.000 litros** (item 8.15). O arredondamento para **40.000 litros anuais** (múltiplos de 5.000) é uma adequação do gestor às condições reais de oferta das distribuidoras e à capacidade do tanque fixo de 6.000 litros da fazenda.

5. Picos de consumo sazonal

8.25 O consumo de combustível não é linear ao longo do ano, superando a média nos períodos em que o uso de máquinas é intensificado para as seguintes atividades:

- **Semeadura (Plantio):** Época de alta demanda para o preparo do solo e plantio de culturas como soja, milho e feijão.
- **Tratos Culturais:** Períodos de manutenção e cuidado com as lavouras em crescimento.
- **Colheita:** Momento de uso contínuo das colhedoras, representando um dos picos de fluxo de serviços.

8.26 A existência desses picos é o motivo técnico pelo qual o planejamento não utilizou apenas a média histórica linear para a nova contratação. Alerta-se que usar apenas a média anterior poderia causar **desabastecimento**, pois o aumento de 48,78% no consumo entre 2024 e 2025 reflete a intensificação dessas atividades sazonais de ensino e pesquisa.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 580.800,00

9.1 O valor de base foi retirado da média semanal dos valores disponibilizados pela ANP, no sítio eletrônico informado no item 7.7 deste Estudo Técnico Preliminar.

Tabela 3. Pesquisa semanal (29/03/2026 a 04/04/2026) do preço do diesel praticado no município de Dourados-MS.

RELAÇÃO DE POSTOS PESQUISADOS					
RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	BAIRRO	BANDEIRA	PREÇO VENDA (R\$/L)	DATA COLETA
GABBIATTI & MENEGHETI LTDA	RUA HAYEL BOM FAKER	JARDIM ÁGUA BOA	VIBRA	7,19	30/3/2026
UNIAO DIESEL E LOJA DE CONVENIENCIA LTDA	AVENIDA MARCELINO PIRES	VILA INDUSTRIAL	VIBRA	7,39	30/3/2026
NOVO HORIZONTE DIESEL & LOJA DE CONVENIENCIA LTDA	RUA HAYEL BON FAKER	CENTRO	VIBRA	7,19	30/3/2026
PREÇO VENDA					
MÉDIA (R\$)	7,26				
VALOR MÍNIMO (R\$)	7,19				
VALOR MÁXIMO (R\$)	7,39				

Fonte: ANP (<https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas>).

9.2 A partir do valor médio apresentado a cima, e o quantitativo apresentado na Tabela 2 do item 8.1, a Tabela 4 mostra o valor necessário para a licitação.

Tabela 4. Quantitativo e valor da licitação.

COMBUSTÍVEL	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL
Diesel	S-500	L	80.000	7,26	R\$ 580.800,00

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 A justificativa para o Parcelamento ou não da Solução, a regra que deve ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto na Lei nº 14.133 /2021, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala.

10.2 A licitação será realizada em item único, o único parcelamento será o fornecimento do combustível, que como apresentado, será realizado por ordens de fornecimento emitidos pela UFGD durante a vigência da ata de registro de preço.

10.3 Desta forma, justifica-se a inviabilidade de parcelamento da solução, em razão da indivisibilidade do objeto. Além disso, tal decisão subsidia-se no fato de tratarem-se de fornecimento de combustíveis, de forma que divisão do objeto torna-se inviável. Nesse sentido, a despeito de eventual exigência de entrega in loco do combustível, o parcelamento gera como risco contingente a ausência da entrega e a consequente paralisação das atividades da Instituição.

10.4 Com o parcelamento pode ocorrer a perda de economia de escala, neste caso, com a divisão do objeto ficariam quantidades menores para entrega por fornecedor, o que poderia aumentar o custo para administração, além do aumento do custo operacional com mais contratos para fiscalizar.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 Considerando a natureza do objeto em estudo — aquisição de combustíveis—, não se vislumbra a necessidade de contratações correlatas ou complementares para o pleno atendimento da demanda institucional.

11.2 Adicionalmente, a contratação proposta não depende de adequações estruturais específicas, como obras civis ou estruturais, que poderiam justificar a necessidade de processos adicionais. A execução do serviço de instalação será realizada em ambientes previamente adequados e sob acompanhamento técnico das unidades responsáveis, com base nas especificações técnicas já previstas no Termo de Referência.

11.3 Dessa forma, não há exigência de contratações correlatas ou interdependentes para a efetivação da solução proposta neste Estudo Técnico Preliminar.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 Suprir os veículos e equipamentos com combustível, objetivando condições adequadas de utilização e conservação, garantindo economicidade e eficiência nos processos relacionados a frota da instituição, sem a perda da eficiência, garantindo que toda a atividade relacionada e necessária seja realizada com os mesmos estando aptos e em perfeitas condições de uso.

12.2 A compra de combustível a granel é a mais adequada por oferecer condições de aquisição com preço justo devido a compra por volume, além de fazer o abastecimento dos equipamentos agrícolas dentro da própria instituição, não sendo necessário transitar com máquinas pesadas em rodovias e dentro de cidades.

12.3 A demanda apresentada neste documento converge com o apresentado no PDI 2022-2026 da UFGD, que no item 12.1.1 enquadra a FAECA no Cronograma de metas propostas, destacando a criação e consolidação da infraestrutura de unidades acadêmicas e administrativas. O item 12 também inclui a FAECA na organização administrativa e acadêmica da UFGD, destacando suas atribuições como órgão suplementar, o que corrobora como justifica para a presente contratação.

12.4 Não houve previsão desta licitação no PGC 2022 pois o objeto era um contrato a ser renovado, que no PCG da UFGD está constado no item 173, mas algumas inconsistências na execução levaram a administração a adotar nova forma de contratação para atender as demandas da Fazenda Experimental.

12.5 Além disso, a contratação está compatível com as diretrizes do Plano de Logística Sustentável – PLS da UFGD, especialmente nos eixos de eficiência energética e redução de impactos ambientais.

13. Contratação anterior

13.1 Esta será a segunda vez que este tipo de licitação será realizada. Por meio do processo administrativo 23005.023747/2022-13 foi realizada licitação nos moldes que planeja-se fazer novamente.

13.2 A escolha de se fazer uma licitação pelo maior desconto por litro de diesel não deixa a contratação refém da variação de preços do combustível.

13.3 Caso a licitação fosse realizada pelo menor preço do diesel, como a variação do valor do combustível é alta, poderia haver desabastecimento, já que não poderia mais empenhar recurso se alcançasse o teto licitado.

13.4 Com a licitação pelo maior desconto seria a quantidade de diesel solicitada que seria o objeto da contratação, não havendo desabastecimento.

13.5 Na contratação anterior o quantitativo e diesel planejado foi o ideal e por isso há a necessidade de nova licitação para atualização do saldo de diesel.

16.6 Na contratação anterior foi conseguido desconto máximo de 3,12% no preço do diesel.

Fornecedor: SAVE REVENDEDOR RETALHISTA LTDA CNPJ: 13.462.206/0001-85, Avenida Solon Padilha, 731 Campo Grande/MS Tel. (18) 3902-4225 E-mail: licitacao@small.com.br Representante: Vinicius Aparecido Teodoro Ferreira					
Item do TR	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quant.	Percentual de Desconto
1	óleo diesel comum	Small/Petrobras	Litro	54.420	3,12%

16.7 A contratação anterior foi apenas por ata de registro de preços que possibilita uma duração menor no prazo da contratação (um ou dois anos), por isso agora, pretende-se fazer um contrato de fornecimento contínuo, com a possibilidade de uma contratação de longa duração.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1 A contratação ora proposta trará benefícios diretos e estratégicos para a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com impactos positivos nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica. A aquisição de combustíveis atenderá demandas reais e qualificadas das unidades acadêmicas, promovendo uma série de avanços institucionais:

14.1.1 Melhoria na qualidade do ensino e da aprendizagem prática, com a disponibilização de instrumentos adequados ao desenvolvimento de aulas laboratoriais, atividades técnicas e experimentos aplicados;

14.1.2 Fortalecimento das atividades de pesquisa e inovação, ao permitir que grupos e projetos científicos tenham acesso a equipamentos compatíveis com as exigências de suas linhas de investigação e editais de fomento;

14.1.3 Ampliação da capacidade de atendimento das demandas institucionais, incluindo a realização de atividades extensionistas, cursos de capacitação, serviços técnicos e eventos científicos;

14.1.4 Aumento da segurança, da confiabilidade e da eficiência operacional da Fazenda, com equipamentos com uso constante, abastecidos e com capacidade operacional.

14.1.5 Melhoria da gestão patrimonial e contratual, possibilitada por uma aquisição organizada, tecnicamente justificada, distribuída em processos bem estruturados e com adjudicação por lote único, garantindo maior controle sobre entrega e conformidade dos bens.

14.2 A contratação, portanto, representa uma ação estratégica para a consolidação da missão institucional da UFGD, contribuindo para a excelência acadêmica, a sustentabilidade do ensino público de qualidade e o fortalecimento das políticas de ciência, tecnologia e inovação na região.

14.3 Suprir os veículos e equipamentos com combustível, objetivando condições adequadas de utilização e conservação, garantindo economicidade e eficiência nos processos relacionados a frota da instituição, sem a perda da eficiência, garantindo que toda a atividade relacionada e necessária seja realizada com os mesmos estando aptos e em perfeitas condições de uso.

14.4 A utilização deste veículos auxilia no transporte de alunos, transporte de mercadorias internas do campus, auxílio em atividades de manutenção ou plantio, aragem, gradagem, roçagem além de cortes providenciais em podas de árvores e afins. Todo o trabalho relacionado à roçadeiras e motosserras, além do apoio veicular durante todos os processos de trabalho no campo.

15. Providências a serem Adotadas

15.1 Não se vislumbra a necessidade de adoção de providências prévias ou adequações estruturais para viabilizar a execução da solução contratada. O abastecimento dos veículos por meio do tanque de combustível da Fazenda Experimental já conta com infraestrutura mínima necessária, ou, quando necessário, os ajustes pontuais serão providenciados pela Divisão de Manutenção Patrimonial em paralelo à execução contratual.

15.2 As providências posteriores ficarão a cargo da FAECA para a solicitação do combustível a ser adquirido devidamente autorizados pela Diretoria de Administração e Planejamento.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1 A Universidade Federal da Grande Dourados possui como referência de consulta em processos de compras o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (GNC), que está em conformidade com as normas da Lei nº 12.349/2010 e da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), que preveem critérios de sustentabilidade nas contratações públicas, promovendo a responsabilidade social e ambiental no setor público. O guia incentiva práticas que reduzem impactos ambientais e promovem o desenvolvimento social, como a escolha de fornecedores que utilizam materiais recicláveis, produtos com menor pegada de carbono, e ações que incentivam o uso eficiente de recursos, e que podem resultar em economia de longo prazo, ao promover o uso eficiente de recursos como energia e água, além de reduzir custos operacionais e de descarte.

16.2 Assim, ao se exigir que a contratada se responsabilize em estar em acordo com as exigências da agência reguladora, já satisfaz as condições de sustentabilidade aplicadas à essa questão, conforme abaixo:

16.2.1 Respeitar e fazer cumprir a legislação de proteção ao meio ambiente, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

16.2.2 Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

16.3 Os materiais a serem fornecidos deverão ser produzidos, armazenados e transportados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG, no que couber.

16.4 Usar produtos e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

16.5 Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

16.6 Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;

16.7 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços de seus colaboradores (Reiterando que os funcionários da empresa licitada não possuirão vínculo empregatício com a UFGD);

16.8 Observar em todas as fases do procedimento licitatório as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, as recomendações quanto à responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e descarte do material bem como a apresentação de documentos físicos, copiados ou impressos, preferencialmente através de papel reciclado, e de forma a não frustrar a competitividade.

16.9 A contratada deverá observar quanto a destinação final de sobras e de embalagens decorrentes da prestação do serviço o que dispõe a Lei nº 7.802/1989, a Resolução RDC ANVISA nº 052/2009 e o Decreto nº 4.074/2002.

16.10 Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

16.11 Critérios Específicos de Sustentabilidade do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis: Considerando as diretrizes para a aquisição de combustíveis e prestação de serviços logísticos, a contratação observará:

16.11.1 Eficiência Logística e Redução de Emissões: A opção pelo fornecimento a granel diretamente no posto de abastecimento da Fazenda Experimental (FAECA) visa minimizar o deslocamento individual de tratores e colhedoras até postos externos (distantes cerca de 15,6 km), reduzindo significativamente o consumo desnecessário de combustível e a emissão de gases de efeito estufa (GEE) durante o transporte da frota.

16.11.2 Gestão de Riscos e Prevenção de Contaminação: A contratada deverá garantir que o transporte por caminhão-tanque e a operação de descarga sigam rigorosamente as normas ambientais para evitar derramamentos. O posto da FAECA já possui estrutura de captação de material contaminante e sistemas de escoamento adequados para mitigar riscos ao solo e lençol freático.

16.11.3 Logística Reversa e Resíduos: Em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e a Lei nº 12.305/2010, a contratada será responsável pela destinação final ambientalmente adequada de quaisquer resíduos gerados durante o fornecimento, incluindo embalagens de lubrificantes ou materiais absorventes usados em possíveis contenções de vazamentos.

16.11.4 Responsabilidade Social: Conforme preconizado pelo guia, será exigido que a contratada comprove o fornecimento e uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para seus colaboradores, garantindo a segurança do trabalho durante todo o processo de entrega e manuseio do diesel S-500.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

20.1.1 A contratação alinha-se às finalidades do Órgão e é viável do ponto de vista ambiental, econômico e estratégico, conforme demonstra este estudo;

20.1.2 Os requisitos relevantes para a contratação foram adequadamente levantados e analisados, inclusive o tempo esperado para que a solução esteja disponível para o órgão;

20.1.3 As quantidades sugeridas para a contratação estão coerentes com a demanda prevista;

20.1.4 No mercado existe a solução proposta e essa solução é viável, e a declaração de exclusividade do fornecedor foi considerada aceitável;

20.1.5 A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAXIMILIANO KAWAHATA PAGLIARINI

Equipe de Planejamento

JOSE OSMAR FERREIRA DA COSTA E SILVA

Equipe de Planejamento

CRISTIANO MARCIO ALVES DE SOUZA

Equipe de Planejamento



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 21/05/2026

ESTUDO PRELIMINAR Nº 23/2026 - FAECA (11.05.01.08) - FAECA (11.05.01.08)
(Nº do Processo: 23005.011423/2024-96)

(Assinado digitalmente em 21/05/2026 10:20)

CRISTIANO MARCIO ALVES DE SOUZA

COORDENADOR - TITULAR

CHEFE DE UNIDADE

FAECA (11.05.01.08)

Matrícula: 1507858

(Assinado digitalmente em 21/05/2026 16:34)

JOSE OSMAR FERREIRA DA COSTA E SILVA

CHEFE DE DIVISAO - TITULAR

CHEFE DE UNIDADE

DISAG (11.05.01.08.01)

Matrícula: 1189614

(Assinado digitalmente em 21/05/2026 09:34)

MAXIMILIANO KAWAHATA PAGLIARINI

TECNICO EM AGROPECUARIA

DISAG (11.05.01.08.01)

Matrícula: 2402637

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufgd.edu.br/documentos/> informando seu número: **23**, ano: **2026**, tipo: **ESTUDO PRELIMINAR**, data de emissão: **21/05/2026** e o código de verificação: **d9c6dac1e9**



**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, FIRMADO
ENTRE A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA
GRANDE DOURADOS-UFGD
E**

A **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**, com sede na Rua João Rosa Góes, n.º 1.761, Vila Progresso na cidade de Dourados/MS, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.775.847/0001-97, neste ato representada pelo seu reitor, Jones Dari Goettert, nomeado pelo Decreto de 22/06/2022, publicado no DOU de 23 de junho de 2022, portador da Matrícula Funcional n.º 1299737, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 23005.011423/2024-96 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) **Pregão Eletrônico nº XX/XXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de fornecimento continuado de óleo diesel S-500, com entrega sob demanda, para atender às necessidades da Fazenda Experimental da UFGD, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Combustível do tipo óleo Diesel S-500, a ser entregue por meio de ordem de fornecimento na sede da Fazenda Experimental da UFGD em Dourados-MS	16993	Litro	80.000		
2	Percentual de desconto incidente sobre a fatura emitida do item 1-Diesel S-500		Unidade	1		
...						



1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses, contados da data de assinatura do contrato**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 1 mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO 1 mês no prazo máximo de ;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;



- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.28. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.



10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.



13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade



de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: 26350/154502;
- II) Fonte de recursos: 1000000000;
- III) Programa de trabalho: 231224;
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: M20RKG0100N; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Dourados/MS, 2.ª Subseção da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



TESTEMUNHAS:

1-

2-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 25/05/2026

MINUTA DE CONTRATO Nº 8/2026 - DICONT (11.05.05.02.03) - DICONT (11.05.05.02.03)
(Nº do Processo: 23005.011423/2024-96)

(Assinado digitalmente em 25/05/2026 09:56)

LEONARDO MENEGUCCI

CHEFE DE DIVISAO - TITULAR

CHEFE DE UNIDADE

DICONT (11.05.05.02.03)

Matrícula: 1350678

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufgd.edu.br/documentos/> informando seu número: **8**, ano: **2026**, tipo: **MINUTA DE CONTRATO**, data de emissão: **25/05/2026** e o código de verificação: **80a8ff1d2a**